

Microcrédito e Empreendedorismo feminino em Recife: uma alternativa para a superação das desigualdades no mundo do trabalho

Géssika Cecília Carvalho¹

1. Introdução

Dentre as muitas mudanças observadas no mercado de trabalho do Brasil, a participação feminina é um fenômeno crescente e alvo de muitos estudos, uma vez que as mulheres têm enfrentado muitas dificuldades para sua inserção, permanência e ascensão no mundo do trabalho. Partindo de afirmações do Ministério do Trabalho que apontam a mulher como maior tomador de empréstimos entre pequenos empreendedores no Brasil este artigo busca investigar se os programas de microcrédito (da Agência do Crédito, do Banco do Povo e do Centro de Apoio ao Microempreendedor, na Região Metropolitana do Recife) têm beneficiado a força de trabalho feminina nos critérios de geração de emprego e renda, formalização do trabalho, incentivo à auto-suficiência financeira e elevação da auto-estima/sentimento de autonomia.

¹ Graduada e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professora substituta da Universidade Estadual da Paraíba. Email: gessikacecilia@hotmail.com

* Artigo recebido em novembro/2012
Aprovado em abril/2013

2. Perspectivas de gênero no trabalho

Um dos grandes desafios impostos pela modernidade é a superação das contradições existentes nas questões de gênero, que envolvem elementos como desigualdade, diferença, opressão e exclusão, denotando entraves à participação das mulheres em diversos setores da sociedade, como maior acesso ao mercado de trabalho, à participação política, entre outros. Refletir sobre tal desafio implica em buscar as raízes destes elementos e demarcar o que de fato vem a ser gênero.

O conceito de gênero está relacionado à construção social e cultural, que molda as relações sociais a partir das diferenças observadas entre os sexos (SAFFIOTI, 1992). Está intimamente ligado às formas de relacionamento entre homens e mulheres, ao modo de ensinar e tratar os filhos, à educação oferecida nas instituições de ensino, às prioridades nas políticas de desenvolvimento do país, aos meios e utilização do poder; é uma ação de conquista dos indivíduos, que tem seu espaço nas relações sociais. Sendo assim, “(...) o gênero é mais do que uma identidade aprendida (...), sendo constituído e instituído pelas múltiplas estâncias e relações sociais, pelas instituições, símbolos, formas de organização social, discursos e doutrinas” (LOURO, 1996, p. 12).

De acordo com Scott (*apud* SAFFIOTI, 1992, p. 198), existem quatro elementos que constituem o gênero: os símbolos culturais imbricados de representações que são inseridos aos agentes sociais; os conceitos normativos que explicitam as interpretações dos significados dos símbolos; as organizações e as instituições sociais; e a identidade subjetiva.

Grande parte dos estudos que se referem às relações de gênero procura

ênfatisar a existência de sistemas de poderes que não levam em consideração as situações sociais das mulheres, como as formas de discriminação e violência, bem como suas reivindicações na promoção de direitos. Visto assim, gênero também é uma forma de significar poder, uma vez que, as relações de gênero trazem consigo um conjunto de referências simbólicas e de percepções que estruturam a vida social, acarretando como consequência a distribuição díspar de poder através da chegada a bens tanto materiais quanto simbólicos de forma diferenciada. Deste modo, o gênero manifesta uma estrutura de dominação simbólica, em que reflete a superioridade masculina, principalmente, nas sociedades patriarcais (BOURDIEU, 1999).

Por esse viés, o gênero é um meio de estratificação social, sendo um fator crucial na estruturação dos tipos de oportunidades e de chances de vida enfrentadas pelos indivíduos e por grupos, influenciando fortemente os papéis que eles desempenham. Apesar da diferença entre os papéis de homens e de mulheres variarem de cultura para cultura, em todas as sociedades os homens exercem maior “poder” sobre as mulheres (SAFFIOTI, 1992).

Uma das mais completas descrições sobre gênero assenta-se na teoria de Connell. Para este autor, existem três aspectos da sociedade que interagem para formar uma ordem de gênero na sociedade (paradigmas de relações de poder entre masculinidades e feminilidades largamente difundidos na sociedade). De acordo com Connell (*apud* GIDDENS, 2005, p. 112),

(...) trabalho, força e cathexis (relações pessoais/ sexuais) são partes distintas, mas interrelacionadas da sociedade que trabalham conjuntamente e se modificam umas em relação às outras. Esses três domínios representam os lugares fundamentais em que as relações de gênero são constituídas e controladas. O trabalho refere-se à

divisão sexual do trabalho tanto dentro de casa (...) como no mercado de trabalho (...). O poder opera através de relações sociais como a autoridade, a violência e a ideologia nas instituições (...). A cathexis trata da dinâmica dentro das relações íntimas, emocionais e pessoais (...).

Chegar a um caminho de transformação destas relações de dominação de gênero e de desigualdade não é tarefa fácil. Segundo Bourdieu (1999, p. 136),

O esforço no sentido de libertar as mulheres da dominação, isto é, das estruturas objetivas e incorporadas que se lhes impõem, não se pode se dar sem um esforço paralelo no sentido de liberar os homens dessas mesmas estruturas que fazem com que eles contribuam para impô-la.

Um dos fatos mais importantes das últimas décadas foi o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Tal entrada deve-se a fatores como a necessidade de complementação da renda familiar (CANTELLI, 2007), como estratégia de sobrevivência (CASTRO; LAVINAS, 1992) e devido à transformação nos padrões familiares – de comportamento e nos valores concernentes ao papel da mulher (CANTELLI, 2007).

No entanto, a inclusão da mão-de-obra feminina denota uma perspectiva histórica de barreiras impostas a essa inserção, como o poder exercido pelo marido, que impedia as mulheres de trabalharem, assegurado pelo Código Civil de 1916 (MARQUES; MELO, 2008) e a “divisão” imposta pela sexualização das ocupações a partir da década de 50 (BRUSCHINI, 1979).

Na contemporaneidade, esta desigualdade se caracteriza por vários aspectos, como a maior taxa de desemprego encontrar-se mais concentrada

entre as mulheres (CANTELLI, 2007), a presença feminina em massa nos trabalhos vulneráveis e as diferenças de remuneração entre homens e mulheres; cabe destacar que as mulheres também são mais passíveis de demissão e tendem a uma menor participação em sindicatos de trabalhadores e do patronato (ANTUNES, 2001).

Este espaço de opressão ainda apresenta outras formas de exclusão, como o predomínio das mulheres nas atividades menos valorizadas e em cargos mais baixos da hierarquia ocupacional. Além de existirem profissões que ainda se constituem redutos femininos, outras denotam discriminação ocupacional com a visão estereotipada de fragilidade (DEGRAFF; ANKER, 2004).

Somam-se a isso fatores como a falta de incentivo familiar, a necessidade de conciliação com o trabalho doméstico e com o cuidado dos filhos (a dupla jornada de trabalho) (CANTELLI, 2007). Sem contar a estreita relação entre o trabalho feminino e a informalidade. Conforme pesquisa do IBGE², 51,2% dos negócios informais no Brasil são chefiados por mulheres. Outro dado importante é que a maioria dos trabalhadores informais que desenvolve suas atividades em domicílio é de mulheres; já nos espaços públicos os homens predominam.

3. Políticas de emprego e microcrédito no Brasil

Como tentativa de diminuir ou superar os efeitos do desemprego, várias medidas têm sido elaboradas e colocadas em prática em todas as partes do mundo. Um dos exemplos de política estrutural é o microcrédito oferecido por “bancos” não-oficiais. Na linguagem financeira, microcrédito está relacionado a um

² Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Síntese dos Indicadores Sociais 2010, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

pequeno empréstimo simplificado para que determinada pessoa possa utilizá-lo e depois restituí-lo ao titular; é um sistema cumulativo em que a partir do primeiro empréstimo e de sua quitação, o usuário está habilitado para o recebimento de outros empréstimos e de valores gradativos.

O microcrédito é conhecido também como crédito produtivo orientado; produtivo por atender unicamente a atividades econômicas (de microempresas e pequenos empreendimentos informais) e orientado por contar com a visita e a avaliação do agente de crédito.

Geralmente, o microcrédito beneficia a população de baixa renda e especialmente os microempreendedores do mercado de trabalho informal, uma vez que estes usuários têm necessidade de valores compatíveis com sua capacidade de pagamento e de oportunidade de crédito.

Segundo Silveira Filho (2005), são inegáveis os benefícios do microcrédito: acesso continuado ao crédito, com juros não tão elevados, o que possibilita o fortalecimento do negócio e o crescimento da renda das famílias. Logo, o microcrédito tem gerado impacto social de maneira positiva; em nível macro favorecendo o crescimento econômico sustentável e equitativo, e em nível micro trazendo oportunidades de desenvolvimento para os pequenos empreendedores.

4. Microcrédito: alternativa viável para a mão-de-obra feminina

Conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego, no primeiro trimestre de 2012, as mulheres representavam mais da metade, 65,35%, dos clientes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado no Brasil. Por este ângulo, a recorrência ao microcrédito funciona como um “amortecedor” da exclusão e da discriminação imposta às mulheres, pois estas têm sido as maiores

beneficiadas pelo microcrédito em escala mundial.

Além dos benefícios do microcrédito no âmbito econômico - como estratégia de sobrevivência, possibilitando a geração de emprego e de renda - esta melhoria se concretiza também na esfera da subjetividade, através da elevação da autoestima e da percepção de autonomia, independência e realização.

Conforme Doyal e Gough (1994), a autonomia é uma das necessidades básicas de todos os seres humanos; todas as pessoas têm direito a que suas necessidades sejam satisfeitas e cada sujeito social tem o dever e a responsabilidade de ajudar-se mutuamente para satisfazer às necessidades do outro.

Seguindo por linhas semelhantes, Marx aponta que as pessoas são potencialmente responsáveis por seu próprio destino, e que a história da humanidade pode ser transformada através da aplicação do melhor conhecimento disponível. Assim, através desta capacidade de mudança da condição humana, deve-se prosseguir no empenho de favorecer as mudanças que são as condições primordiais para a liberação humana: a satisfação das necessidades do maior número de indivíduos. Ainda na concepção marxista, "... a auto-realização é a efetivação e externalização plenas e livres dos poderes e capacidades do indivíduo" (ELSTER, 1992, p. 66). Destarte, na literatura sobre satisfação no trabalho é recorrente a interação entre o Eu e os outros na auto-realização; para que sejam satisfatórias as atividades precisam ser escolhidas e feitas de forma livre, bem como o indivíduo precisa do reconhecimento dos outros no tocante à avaliação e legitimação do seu trabalho e também para dar substância à sua autoestima.

Por conseguinte, se a realização implica na interação do indivíduo com os demais através do reconhecimento do seu trabalho, e isto é o que legitima a

autoestima, convém notar que ainda existe um longo trabalho a ser feito no tocante a adjudicar às mulheres seu espaço por direito e enquanto sujeitos que estão vinculados por deveres morais recíprocos.

5. Empreendedorismo feminino: características e peculiaridades

A sociedade pós-moderna tem passado por várias mudanças estruturais, de natureza econômica e social, que refletem nitidamente as relações capitalistas de trabalho. Nessa conjuntura, aumentou vertiginosamente o número de indivíduos desempregados em trabalhos informais ou precarizados. Como consequência, novas estratégias de sobrevivência foram surgindo para geração de renda, sendo uma destas a entrada das mulheres na economia através de atividades empreendedoras.

A concepção de empreendedorismo neste trabalho refere-se à capacidade de tomar iniciativas com vistas a buscar soluções inovadoras para problemas econômicos ou sociais através de empreendimentos. Conforme Jonathan (2005), empreendedorismo está relacionado à visão de futuro e persistência através do reconhecimento de oportunidades, envolvendo incerteza e riscos. "Deste processo resulta a criação de um novo empreendimento ou de uma nova maneira de realizar um trabalho – um novo produto, serviço ou atividade que agrega valor ao que existe e promove benefícios materiais ou sociais" (JONATHAN, 2005, p. 374).

Segundo dados do Global Entrepreneurship Monitor (GEM)³, a taxa de atividade empreendedora dos brasileiros, em 2012 ficou em torno de 30,2%, ou seja, praticamente 30 em cada 100 brasileiros adultos estão envolvidos em atividades empreendedoras.

³ Criado em 1999, o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) é o maior estudo independente do mundo sobre a atividade empreendedora.

Em 2007, o nível de empreendedorismo feminino ultrapassou o dos homens pela primeira vez no Brasil, passando a ocupar o 7º lugar no ranking mundial como as mais empreendedoras, com uma taxa de 12,71% (oito milhões, aproximadamente). Sendo assim, no mesmo ano, as mulheres brasileiras constituíam 52% dos empreendedores adultos no país, o que se apresenta como conquista e inversão histórica se comparado com dados de 2001, em que os homens respondiam por 71% destes contra 29% das mulheres.

Apesar desse significativo crescimento, entre os anos de 2001 a 2007, a principal motivação das mulheres em iniciar um empreendimento, apontado pela GEM (2011) é a necessidade, isto é, para 63% delas, enquanto que para os homens que empreendem por necessidade o percentual é de 38%. Já no que concerne a empreender por oportunidade, o percentual de homens que o fazem é de 54%, e o de mulheres, 46%. Ainda complementando este quadro paradoxal, para as mulheres, precisa-se levar em consideração a alta taxa de fracasso/ mortalidade (é relativamente cedo) dos empreendimentos.

Outro aspecto a ser destacado pelo estudo do GEM (2011) é que as brasileiras lideram nos empreendimentos de estágio nascente (53%) e nos empreendimentos novos (52%), contudo o percentual nos empreendimentos já estabelecidos é bem inferior ao dos homens (38%). Isto pode representar a dificuldade da mulher em estabelecer-se como empreendedora ou ainda que os novos empreendimentos não tiveram tempo para consolidar-se no mercado.

Para Langowitz (*apud* GARONE 2009), a mulher empreendedora tem características diferentes do homem que empreende. Para a autora, os homens demonstram hierarquia no controle e na chefia, tomando decisões de forma pessoal sem precisar ouvir outras opiniões; já a mulher apresenta um estilo mais

colaborativo, onde o processo de tomada de decisão é mais aberto e participativo.

Ainda segundo Langowitz (*apud* GARONE, 2009) e também Andreoli e Borges (2007), pelo fato de precisarem desempenhar múltiplos papéis na esfera social (versatilidade), as mulheres possuem uma facilidade maior para estabelecer relações e para delegarem poder, bem como, gerenciam melhor as emoções, têm capacidade de improvisar e senso conciliatório, pois buscam nas pessoas prováveis parcerias, já no âmbito pessoal são vistas como mais dedicadas e comprometidas. Além disso, apresentam um espírito cooperativo, em oposição aos processos competitivos; trabalhando com sentimento e intuição, já os homens utilizam mais a racionalidade e a objetividade.

Contudo, esta visão estereotipada do que é próprio do “universo” feminino desconsidera a perspectiva relacional de gênero, e de certa forma generaliza características que podem ser encontradas (ou não) tanto em mulheres como em homens. Visto por este ângulo, os sujeitos se tornam prisioneiros de expectativas e comportamentos vinculados a certos ideais (JONATHAN, 2005).

Apesar das características positivas que as tornam “aptas” ao empreendedorismo, existem dificuldades no que concerne à conciliação com o trabalho familiar, à falta de apoio da família, ao descrédito dos clientes e fornecedores, ao estereótipo para cargos e funções tipicamente femininas, ao mito que as empresas criadas por mulheres não trazem boa rentabilidade e de que as mulheres só alcançam cargos de liderança nas empresas quando os herdaram de seus pais ou maridos (GARONE, 2009; ANDREOLI; BORGES, 2007).

6. Beneficiárias dos programas de microcrédito: estudo das mulheres atendidas pela agência do crédito, pelo banco do povo e pelo centro de apoio ao microempreendedor

Para fins deste trabalho foram utilizadas, inicialmente, como fontes de coleta de dados, a pesquisa bibliográfica e a análise documental, como meios de encontrar evidências empíricas para tal estudo. Em seguida, foram entrevistadas mulheres que recorreram a programas de microcréditos pela Agência do Crédito, pelo Banco do Povo e pelo Centro de Apoio ao Microempreendedor, no total de quinze, residentes na Região Metropolitana do Recife.

A amostra foi selecionada por acessibilidade, com base no cadastro fornecido pelos órgãos de financiamento do microcrédito, respeitando a disponibilidade e o acesso para se abordar tais mulheres. As entrevistas foram do tipo semi-estruturada, realizadas de forma individual, traçando um perfil das mesmas, bem como as interrogando sobre aspectos concernentes às finalidades deste trabalho; todas foram gravadas e transcritas pela pesquisadora com autorização das informantes. As entrevistas foram realizadas, em sua maioria, no ambiente de trabalho das mulheres.

Assim, foram entrevistadas sete beneficiárias da Agência do Crédito, quatro do Banco do Povo e quatro do Centro de Apoio ao Microempreendedor. Como método de análise dos dados, recorreu-se à análise de conteúdo por ser um importante instrumento no estudo da interação entre os sujeitos.

Os critérios ou categorias de análise utilizados para responder às finalidades deste trabalho foram: melhoria da qualidade de vida no que concerne à geração de emprego e renda a partir da recorrência ao microcrédito; favorecimento da formalização do trabalho; flexibilidade da jornada de trabalho, uma vez que

necessitam conciliar o trabalho público com os afazeres e cuidados do lar; e o sentimento de autonomia e elevação da autoestima.

Ao se falar na categoria formalização do trabalho, evidenciam-se os critérios de permanência ou não no mercado de trabalho, levando-se em consideração a atividade ou ocupação anterior à recorrência do microcrédito e o interesse no financiamento. No que concerne aos benefícios do microcrédito, refere-se à percepção das informantes acerca da melhoria ou não da qualidade de vida, do favorecimento da inclusão ou reinserção no mercado de trabalho; bem como a geração/aumento da renda, o sucesso do negócio e as dificuldades na obtenção do crédito e na quitação do financiamento. A categoria flexibilidade do trabalho responde aos aspectos da dupla jornada de trabalho, na conciliação do trabalho público com os afazeres domésticos. Por fim, na categoria mudanças comportamentais, procura-se traduzir os sentimentos de autonomia, elevação da autoestima e auto-suficiência a partir da permanência no mercado de trabalho, e ainda a discriminação com a presença da mulher no mundo do trabalho.

De acordo com a pesquisa realizada com as beneficiárias das agências de microcrédito, das 15 mulheres abordadas, 11 delas são casadas ou vivem com companheiro, sendo que destas, a maioria (dez), os maridos também trabalham (a única exceção é que o marido de uma delas já é aposentado), mas somente três destes maridos trabalham no negócio da própria esposa.

A idade das entrevistadas fica entre 28 e 55 anos. Quanto aos filhos, três têm apenas um filho, cinco têm dois filhos e quatro têm três filhos. Convém notar que em apenas três casos dos mencionados, os filhos das entrevistadas trabalham ou ajudam no negócio (nos outros casos ou os filhos já trabalham fora ou são crianças ainda pequenas).

Observa-se que, a maioria das mulheres entrevistadas, concluiu o segundo grau, seguido de um número menor de mulheres que nem chegaram a completar o primeiro grau. Como a facilidade de acesso ao microcrédito contrasta com a burocracia dos bancos oficiais, paralelamente também se torna mais simples para as mulheres de qualquer nível de escolaridade serem contempladas com o empréstimo, tendo como determinante neste processo a relação de confiança entre o agente de crédito e o beneficiário, através das visitas e entrevistas acerca dos motivos e das necessidades do empreendimento.

Quando questionadas sobre a participação em cursos de capacitação oferecidos pelos órgãos financeiros dos microcréditos, apenas duas das entrevistadas responderam que sim (cursos de orientações de custos, lucros e gerenciamento). Doze delas participaram de outros tipos de cursos, como: informática, trabalhos artísticos e manuais, secretariado, administração, e voltados para os negócios que empreenderam (como técnico em ótica, na área de estética e corte/costura).

Considerando-se o tipo de negócio que a maioria das mulheres empreende/atividade ocupacional (ótica, mercearia, bar, loja de confecção, esteticista, fotógrafa, barraca de lanches, confecção, revendedora autônoma e salão de beleza), observa-se a permanência das mulheres em profissões consideradas femininas.

Porém, nota-se também o “tímido” enveredar das mulheres por ocupações que se constituem como redutos masculinos, no caso, assistência de microcomputador, depósito de gás e armazém de construção. Tal divisão termina por confirmar e dar continuidade à divisão sexual imposta desde a década de 50, aproximadamente, constituindo-se como um obstáculo para uma maior emancipação das mulheres e ruptura de espaços legitimados como destinados aos homens. A respeito disto, Annas (1993, p. 135) afirma que:

Não há sociedade em que não haja divisão sexual de atividades; e que, portanto, o fato de ser homem ou mulher determina, para cada indivíduo, suas opções de atividades a assumir e como ele ou ela vê sua vida (...) em nenhuma sociedade o fato de ser homem ou mulher é indiferente para a forma que sua vida vai tomar ou do que você pode fazer dela. Seu sexo pode lhe fechar inteiramente certas opções, ou fazê-las meramente mais difíceis; ele terá sempre um peso nas possibilidades que se abrem à sua vida como um todo.

A premissa de que o mercado de trabalho informal abrange trabalhadores por falta de alternativa ou também por opção racional pode igualmente ser constatada nas informações coletadas através das falas das informantes. No critério falta de alternativa, tem-se os casos das duas informantes que tinham empregos satisfatórios e precisaram procurar atividades diferentes e de menor “valor” e “status” pela falta de emprego em suas áreas de formação e experiência. As mulheres encontraram na informalidade uma estratégia de sobrevivência que tem seu pilar assentado pelas teorias de segmentação do trabalho, as quais “ênfatizam que os mercados de trabalho não funcionam tão livremente (...) mas estão limitados por fatores institucionais e outros que tornam o mercado segmentado de algumas formas” (DEGRAFF e ANKER, 2004, p. 166).

No tocante à opção racional para a permanência no trabalho informal, a partir dos dados coletados, tem-se as mulheres que precisaram trocar de ocupação como consequência da decisão do marido (no julgamento que o trabalho na esfera pública pode prejudicar o trabalho familiar, o cuidado com os filhos e os afazeres domésticos). As teorias neoclássicas (economia política de gênero) confirmam este aspecto porque ênfaticam a

racionalidade e a experiência na tomada de decisões. Para estas,

(...) é racional que as mulheres procurem ocupações (...) com penalidades relativamente baixas pela saída temporária da força de trabalho – porque as mulheres são responsáveis, principalmente, pelo trabalho doméstico, o cuidado dos filhos e outras tarefas familiares, que muitas vezes exigem sua retirada da força de trabalho ou que se ocupem em tempo parcial (DEGRAFF, ANKER, 2004, p. 165).

No que diz respeito à contratação de funcionários nos negócios chefiados pelas mulheres entrevistadas, quatro delas não têm nenhum funcionário; outras quatro têm apenas pessoas da família ajudando; duas não têm funcionários, mas já tiveram anteriormente; duas são autônomas; e três têm funcionários (todos sem carteira assinada, alguns fixos e outros terceirizados). O fato de não ter funcionários ou envolver apenas familiares nos empreendimentos pode demonstrar a baixa capacidade de gerar emprego dos pequenos negócios, apresentando, deste modo, como função social a manutenção do auto-emprego e a geração de renda para a família.

O tempo de existência dos pequenos empreendimentos ou de permanência das mulheres na mesma atividade varia de 3 a 17 anos, o que demonstra a positividade de tais negócios e benefícios trazidos por eles. Contudo, mais da metade dos negócios ainda são informais (oito deles), e sete são formais ou legalizados; destes sete negócios formais, dois foram legalizados desde sua existência e cinco foram formalizados algum tempo depois. Quanto aos motivos para a não formalização dos empreendimentos, pode advir da quantidade de impostos, das exigências derivadas de um contrato formal e ainda do baixo retorno de renda do funcionamento

do negócio que não permite custear os encargos da formalização.

Grande parte das entrevistadas já trabalhava antes de formar seu próprio negócio, 13 no total; cinco trabalhavam em ocupações parecidas/relacionadas com a ocupação atual e seis tinham empregos com carteira assinada. Nas ocupações anteriores à fundação de seu próprio negócio, das informantes que mencionaram, quatro trabalhavam em empregos formais, outras quatro de maneira informal, três foram mão-de-obra tanto formal quanto informal e duas não trabalhavam.

Quanto aos motivos ou impulso para o empreendedorismo e saída do emprego anterior, foram notificados a vontade de ter seu próprio negócio, o casamento ou decisão do marido, o cuidado com os filhos, a necessidade de trabalhar por conta própria, o desemprego associado à dificuldade de arranjar outro emprego, entre outros.

Já com relação ao interesse no crédito e sua aplicação, a maioria apontou a necessidade de investir ou melhorar seu negócio através da compra de mercadoria (capital de giro) ou de móveis e equipamentos relacionados ao empreendimento; muito embora algumas delas admitiram que já utilizaram parte do crédito para interesses pessoais (saldar dívidas de cartão de crédito, contas para pagar, etc). Ainda com relação ao microcrédito, a quantidade de empréstimos tomados varia entre 1 e 12 por pessoa; outro dado importante, é que quatro das entrevistadas recorreram a mais de um órgão financeiro para tomar os pequenos financiamentos.

Apesar da escolaridade e da ausência de cursos de capacitação e de gerenciamento de grande parte das informantes, a maioria das entrevistadas recorreu, em média, a mais de cinco empréstimos, conseguindo manter seu negócio em funcionamento por certo período de tempo e investir seus “créditos”

na melhoria do negócio (compra de mercadorias ou equipamentos).

Dentre os pontos positivos mencionados quando da recorrência ao microcrédito, como a facilidade de acesso e a pouca burocracia, encontra-se também o favorecimento da entrada no mundo do trabalho (mesmo de quem nunca havia trabalhado antes e numa faixa de idade avançada) e da reinserção daquelas que encontravam dificuldades para voltar ao mercado.

Nesta perspectiva, constata-se que de fato o microcrédito tem cumprido seu objetivo de ser uma alternativa de geração de emprego e renda e de propiciar a inserção no mercado, não pelo ângulo da competitividade, traço comum da sociedade moderna, mas no “estímulo à capacidade empreendedora e à busca da auto-sustentação” (AZEREDO, 1998, p. 271). Sem dúvida, todas as entrevistadas carregam em suas falas a importância ímpar do crédito para alcançarem o sucesso dos empreendimentos ou simplesmente a sobrevivência no mundo do trabalho.

Embora tendo observado que de fato estes programas têm auxiliado as beneficiárias no tocante ao mercado de trabalho, nota-se a dificuldade para a permanência das mesmas pela necessidade de conciliação do trabalho doméstico com o trabalho na esfera pública. Isto fica evidente, a partir da própria fala das mulheres, onde a maioria das beneficiárias mesmo sendo casadas (ou vivendo com o companheiro) e tendo filhos precisam também continuar com suas atividades ocupacionais no âmbito público – mesmo que este seja nas dependências de sua residência, o que é uma característica marcante dos negócios informais chefiados por mulheres.

Nesta perspectiva, seis das mulheres pesquisadas mantêm seu negócio nas dependências da sua residência e sete delas em local diferente do âmbito doméstico; convém ressaltar que uma

destas sete só desvinculou o negócio da residência há poucos meses, e também que duas delas são autônomas (revendedora de produtos de beleza/cosméticos, e jornalista/fotógrafa).

Por outro lado, ser proprietária do empreendimento favorece uma maior flexibilidade de horários entre o trabalho público e o doméstico, uma vez que são inexistentes os empecilhos colocados pelas empresas a quem deveriam satisfação quando do risco de engravidarem ou da necessidade de creches, por exemplo, onde podem deixar os filhos no horário de trabalho.

Sem exceção, todas as beneficiárias revelaram em suas falas o sentimento de autonomia no tocante a ter seu próprio negócio (apesar de todas as dificuldades, como os filhos e o trabalho doméstico), traduzindo em palavras a realização com as conquistas, o sentir-se produtiva, a satisfação e a independência quando questionadas como se sentem diante da situação atual.

Várias mudanças foram apontadas e observadas após a tomada do empréstimo e sua aplicação no empreendimento. Além da melhoria no que concerne à qualidade de vida e aumento de renda, está também a satisfação com a possibilidade de exercer um papel importante na sociedade como trabalhador e sujeito produtivo. Para as informantes, terem conseguido chegar onde estão agora é uma conquista, como se fosse algo superior ao nível que poderiam chegar. Tal visão pode ser considerada como uma perpetuação dos valores patriarcais, onde as mulheres deveriam ser submissas e permanecerem fadadas ao seu papel de reprodutoras e responsáveis pelo trabalho no âmbito doméstico. Encarar como uma conquista demonstra a não familiaridade com a possibilidade de chegada e ascensão da mulher ao mundo do trabalho.

Um dos pontos que também pôde ser constatado a partir das percepções das entrevistadas foi o deparar-se com algum

tipo de discriminação, não para a retirada do crédito, mas com o próprio trabalho desenvolvido ou atividade ocupacional pela qual optaram. Tais preconceitos são comparados com as pré-noções dos sujeitos, homens – na grande maioria das vezes, que trazem em suas falas o sentimento de que as mulheres são incapazes de realizar determinadas tarefas ou que existem trabalhos referentes apenas ao sexo masculino, bem como o estereótipo de fragilidade até mesmo pelo porte físico das entrevistadas.

Mais uma vez, nota-se aqui a importância e o papel fundamental da família e das várias instâncias sociais na perpetuação de valores androcêntricos, na supervalorização de práticas machistas e de concepções desfavoráveis às condições da mão-de-obra feminina.

7. Conclusões

São inegáveis as mudanças que o microcrédito trouxe para a sociedade, principalmente para a população de baixo poder aquisitivo e, sobretudo, para as mulheres. Contrastando com as exigências dos bancos oficiais, o microcrédito tem-se mostrado uma alternativa viável por utilizar como metodologia formas não-convencionais de garantia, relações de confiança e o acompanhamento do desenvolvimento do negócio; propiciando, desta maneira, um grande impacto social positivo na sociedade no incentivo à auto-sustentação e ao empreendedorismo.

Neste trabalho, os resultados obtidos na pesquisa de campo sugerem que o microcrédito tem beneficiado as mulheres, e não somente na geração de renda e no estímulo à capacidade empreendedora, como é o seu objetivo. Além de ser positivo de forma objetiva e concreta, o financiamento também toca e alcança a subjetividade dos atores sociais envolvidos nesta trama - as mulheres - fomentando e despertando sentimentos de autonomia, independência e auto-

suficiência.

Além de possibilitar a entrada (ainda que tardia, em alguns casos) no trabalho e/ou a volta ao mercado daquelas que estavam desempregadas, a oferta dos microcréditos pelas Organizações Não Governamentais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Sociedades de Crédito, tem trazido a elevação da autoestima e a possibilidade de realização profissional, mesmo com todas as dificuldades e barreiras que se impõem a isso (dupla jornada de trabalho, discriminação com a mão-de-obra feminina, etc.).

Embora a amostra selecionada para este estudo não seja representativa, tomando-se em consideração as beneficiárias desta estratégia de sobrevivência em todo o país, os dados obtidos na pesquisa de campo são compatíveis com as estatísticas apontadas por pesquisas importantes e com respaldo de âmbito mundial.

Como exemplos dos dados obtidos nesta pesquisa que confirmam as tendências em escala global, tem-se que a maioria dos negócios funciona de forma não legalizada. Nestes empreendimentos, as mulheres não contratam funcionários nem têm sócios, os negócios funcionam na própria residência e o tempo de existência deles é bastante razoável.

Dado o caráter qualitativo da pesquisa, foi possível uma maior aproximação do objeto, percebendo-se peculiaridades que os dados estatísticos não evidenciariam, como o anseio de realização e satisfação pessoal e profissional, e também a necessidade de sobrevivência e desejo de garantir a qualidade de vida familiar. Sendo assim, a realização de alguma atividade e o próprio ato de trabalhar lhes confere a satisfação destas necessidades, e nesta perspectiva o microcrédito pode viabilizá-la. O que varia nestas empreendedoras são os tipos de negócios ou atividades em que estão inseridas e as estratégias que desenvolvem

no que concerne à conciliação das tarefas domésticas com a chefia de seus pequenos negócios.

Através do depoimento das informantes fica evidente que tais mulheres encontram no microcrédito uma possibilidade, uma chave para a lucratividade nos âmbitos econômico, social, cultural e psicológico. Quanto ao econômico, na geração de renda e estabilidade financeira. No social, como um meio de emancipação e de ruptura das situações de discriminação. No aspecto cultural, na tentativa de romper com a ideologia de dominância masculina. Por fim, psicologicamente, através da elevação da autoestima e do sentir-se produtiva.

Esta lucratividade e percepção de benefício não passam tanto pela formalização do empreendimento, embora esta seja preocupação da maioria das entrevistadas. Está na capacidade de suprir as necessidades de manutenção da renda familiar e assegurar um padrão de vida digno, ou garantir a complementação da renda.

Neste sentido, a família tem papel fundamental em todo este processo e na vida destas mulheres: no de formação e aquisição dos valores, e no de ser também o ponto fundamental para a busca de trabalho da mulher - pois a maioria tem filhos que dependem financeiramente delas.

Estar no trabalho informal, como já explicitado, significa principalmente uma forma de discriminação, mas também uma opção racional. Por este viés, o microcrédito tem servido como um “amortecedor” da exclusão e discriminação com que são tratadas as mulheres, uma vez que estas têm sido as maiores beneficiadas pelo microcrédito em escala mundial.

Sendo assim, a recorrência ao pequeno empréstimo tem se constituído numa forma de emancipação, já que as mulheres são a maioria dos tomadores de pequenos empréstimos, e por meio dele estão conseguindo garantir renda e obter

lucro “subjetivo”, e aos poucos podem alcançar espaço em ocupações consideradas como redutos masculinos.

Portanto, conforme apresentado, de fato, o microcrédito tem auxiliado as mulheres no tocante à diminuição da exclusão do mercado de trabalho e no que diz respeito aos entraves para a permanência no mesmo, através do incentivo ao empreendedorismo e da geração de renda. Além disso, tem promovido percepções de satisfação e autonomia, alcançando a subjetividade destas mulheres; contribuindo, desta forma, para o exercício dos direitos inerentes a todos os seres humanos e para a edificação de uma sociedade menos injusta e desigual principalmente nos aspectos de gênero.

8. Referências Bibliográficas

ANDREOLI, T. P.; BORGES, W. A. **Empreendedorismo feminino**: uma análise do perfil empreendedor e das dificuldades enfrentadas por mulheres detentoras de um pequeno negócio. XI Encontro Paranaense dos Estudantes de Administração, Maringá, 2007.

ANNAS, J. Mulheres e a qualidade de vida: duas normas ou uma? **Lua nova**, São Paulo, n. 31, p. 135-155, 1993.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

AZEREDO, B. **Políticas públicas de emprego**: a experiência brasileira. São Paulo: Coleção Teses e Pesquisas - ABET, 1998.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Relatório de Dados do Programa de Microcrédito – 1º Trimestre de 2012. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A36A27C140137E0E964220234/Relat%C3%B3rio%201%C2%BA%20Tri%202012.pdf>. Acesso em: 03/12/2012.
- BRUSCHINI, M. C. A. Sexualização das ocupações: o caso brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 28, 1979.
- CANTELLI, P. O. **O trabalho feminino no divã: dominação e discriminação**. São Paulo: LTR, 2007.
- CASTRO, M. G.; LAVINAS, L. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI Cristina (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- DEGRAFF, D. S.; ANKER, R. Gênero, mercados de trabalho e o trabalho das mulheres. In: PINNELLI, A. (org.). **Gênero nos estudos de população**. Campinas: ABEP, p. 163-197, 2004.
- DOYAL, L.; GOUGH, I. O direito à satisfação das necessidades. **Lua nova**, São Paulo, n. 33, p. 97-121, 1994.
- ELSTER, J. Auto-realização no trabalho e na política: a concepção marxista da boa vida. **Lua nova**, São Paulo, n. 25, p. 61-101, 1992.
- GARONE, R. R. **O espírito empreendedor feminino**. Disponível em: http://www.administradores.com.br/artigos/o_espirito_empresendedor_feminino/25276. Acesso em: 18/03/2009.
- GIDDENS, A. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- JONATHAN, E. G. Mulheres empreendedoras: medos, conquistas e qualidade de vida. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 373-382, 2005.
- LOURO, G. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta (org.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- MARQUES, T. C. N.; MELO, Hildete Pereira. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16[2], p. 463-488, 2008.
- MARX, K. **O capital**. v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- PEÑA, M. V. J. **Mulheres e trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SAFFFIOTI, H. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI Cristina (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- SILVEIRA FILHO, J. **Microcrédito na Região Metropolitana do Recife: Experiência Empreendedora do CEAPE**. Recife. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Federal de Pernambuco. 2005.
- YANNOULAS, S. C. **Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Brasília: CFMEA; FIG/ CIDA, 2002.

Microcrédito e Empreendedorismo feminino em Recife: uma alternativa para a superação das desigualdades no mundo do trabalho

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em identificar se os programas de microcrédito da Região Metropolitana do Recife – Agência do Crédito, do Banco do Povo e do Centro de Apoio ao Microempreendedor – têm beneficiado a força de trabalho feminina, diminuindo a exclusão e a discriminação que são entraves para a inserção e a permanência das mulheres no mercado de trabalho. Para tal, realizaram-se entrevistas semi-estruturadas com quinze beneficiárias dos programas. A análise das entrevistas com as beneficiárias dos programas de microcrédito aponta que estes têm favorecido as mulheres, não somente na geração de renda e no estímulo à capacidade empreendedora, mas também alcançam a subjetividade dos atores sociais envolvidos nesta trama, despertando sentimentos de autonomia, satisfação, independência e auto-suficiência. Esta lucratividade oriunda da recorrência ao pequeno empréstimo e a percepção de benefício não passam necessariamente pela formalização do empreendimento (embora seja preocupação da maioria das entrevistadas), mas está na capacidade de suprir as necessidades de manutenção da renda familiar e assegurar um padrão de vida digno.

Palavras-chave: Microcrédito; mulher; trabalho.

Microcredit and Female Entrepreneurship in Recife: an alternative to overcoming of inequalities in the world of work

Abstract: The aim of this article is to identify whether microcredit programs in the Metropolitan Region of Recife – Credit Agency, the People's Bank and the Support Centre for Microempreendedor – have been benefited the female labour force, reducing exclusion and discrimination that could bounded the entry and permanence in the labour market. To this end, it was made fifteen interviews with the recipients of the microcredito programs. This data shows that the women has been favored, not only in generating income but also they have been stimulated to be entrepreneurs, achieving their subjectivity, awakening feelings like autonomy, satisfaction, independence and self-sufficiency. This gain derived from the recurrence of the small loan and the perception of their benefit does not necessarily pass through the formalization of the business (although it concern to the most of the interviewed), it is in the ability to supplement the maintenance needs of the family income and to ensure a decent standard of living.

Keywords: Microcredit; woman; work.